

LINGUAGEM, DISCURSO E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS

Aluno: Jaber Camara da Silva
Orientador: Danilo Marcondes de Souza Filho

I n t r o d u ç ã o

As perspectivas apontadas neste trabalho buscam explicar como o momento presente vem se desenrolando, num geral, de um jeito onde predominam as opiniões pessimistas que apontam para um possível suicídio social – parafraseando Durkeim. Contribuem para tanto classes diversas de instituições sociais, onde é antigo seus usos para condicionar as pessoas ao controle, por meio de ideologias que disseminam fundamentalismo e preconceito, resumindo tudo a uma ingênua e perigosa idéia antagônica entre “bem e mal”.

É urgente que as idéias, as normas aceitas, sejam explicadas, mostrando as razões pelas quais as pessoas se comportam de certo jeito. Também precisamos evitar enganos, tais como considerar alguns grupos como “corruptos” e outros como “bons”. Essa é uma visão ingênua de mundo, sem base concreta. O equívoco é que esse “grupo” não é um grupo, mas uma tendência. Sem dúvida, o mundo vem sendo conduzido por um pequeno grupo de homens controladores, ligados a todos os principais negócios e finanças, donos de altos cargos, nas instituições socialmente dominantes, mas, não em absoluto. O dinheiro é o princípio vital, que por sua vez, não passa de uma ilusão, que hoje, tem pouca importância para a sociedade, resumindo-se como ferramenta de exclusão, manipulação, num tipo de organização social que gera desigualdades, violência, etc.

Portanto, o problema não se resume a um sujeito ou a grupos. Na verdade, esses são os modelos aos quais essas pessoas foram submetidas e condicionadas. Claro, que do ponto de vista de alguns, a competição e a necessidade de dominação predominam na “natureza humana”, embora esta não seja uma idéia sustentada pelos fatos. A disseminação da competição no sistema nos leva a lutar entre nós pela sobrevivência, este fator que com eficiência, reproduz a corrupção em todos os níveis sociais, partindo do princípio de exclusão, “nós, ou eles”, como justificativa para obter vantajosos lucros à custa de outros. Ainda, há quem ache que se um mercado livre “puro” fosse estabelecido, as coisas estariam melhores, porém se esqueceram que é este livre comércio que funciona hoje, não havendo lei que impeça o abuso de poder, conspirações, favorecimentos, administrações irregulares, monopólios, poluição, etc. O sistema monetário mundial recompensa, em curto prazo, a escassez e a “obsolescência planejada”. Assim aumentam a margem de lucro, mas, causam “destruição em longo prazo” e atraso no desenvolvimento, um sistema econômico ineficiente, responsável por problemas desnecessários e insustentáveis, tais como o lixo e poluição.

Isto não acontece em nosso sistema por dois motivos: 1) Se uma empresa utiliza o modelo mais avançado e os melhores materiais conhecidos, ela provavelmente terá um custo de produção muito mais elevado e, provavelmente irá perder numa competição contra uma concorrente. 2) Se os produtos forem feitos para serem duradouros, as pessoas não precisarão constantemente substituí-los, de manutenção e nem de atualização e uma grande quantidade de postos de trabalho e lucro seria perdida pela indústria em geral, atrasando assim a economia. Além disso, nosso sistema social promove e recompensa a competição e o interesse individual. Essa perspectiva não só

“leva” ao comportamento aberrante, mas o cria diretamente. A corrupção é a norma na nossa sociedade e a maioria das pessoas não vê isso, porque enquanto a sociedade apoiar esse comportamento, ele será considerado certo e normal... ou uma questão de grau. [1]

Assim, as pessoas são condicionadas a aceitar o senso comum. Tendem a desconsiderar quem discorda de tais valores. Mas se percebermos que todo o sistema social e conseqüentemente (seus componentes), encontra-se em permanente mudança, percebemos que qualquer doutrina que afirme “saber” sem abrir espaço para o debate, demonstra perigosas intenções. Fica claro a impossibilidade de se “combater o sistema”, sem buscar ferramentas mais efetivas tais como a disseminação de informação por meio da aprendizagem e o amor.

É impossível pensar um sistema social adequado sem que as pessoas estejam bem informadas. É necessário nos esforçar para dar início a uma ação coletiva voltada para a adaptação psicológica e, principalmente intelectual, na nova era tecnológica. É apropriado que pensemos num projeto social global que atue a nível local, porém não podemos esperar que os atuais ‘líderes’ políticos o ponham em prática, uma vez que eles não são nomeados para mudar as coisas, mas sim para mantê-las como estão. Precisamos assumir a incompetência política do Estado e organizar alternativas, distribuindo diferentes conhecimentos, procedimentos e valores que permitam alcançar a coesão social. Nossas principais motivações são as graves condições que ameaçam nossa segurança e existência.

A maioria das instituições sociais prefere dar seguimento a essa paralisia, já que a mudança pode ameaçar a “vantagem competitiva” obtida por determinados grupos. De maneira simples, a “vantagem competitiva” só se mantém através da autopropetuação, naturalmente levando a uma instituição estática que, por interesses próprios, prefere não mudar.

Um olhar rápido sobre o sistema, usado hoje no mundo, reflete uma forte negligência da razão, lógica e aplicação científica. Nossa economia e nossa estrutura de valores têm pouca relação com a realidade dos recursos. Nosso sistema de trabalho está organizado de maneira que as pessoas sejam empregadas, em troca de dinheiro, suficiente apenas para subsistir, tornando altamente questionável a dita ‘contribuição’ que esses empregos possuem socialmente, mostrando que o emprego existe apenas para manter as pessoas ocupadas com sua sobrevivência, para que sustentem este sistema econômico. Em geral, uma prática sustentável é aquela que tem o futuro em consideração. Portanto, essa idéia pode ser aplicada também ao pensamento, à crença e à conduta social humana.

O Marxismo e o Materialismo Histórico

Marx aponta a condição de alienante a qual o trabalhador é submetido socialmente, onde não é levado em conta, a relação direta entre o trabalhador, sua força de trabalho e a produção. A produção do trabalhador é convertida num objeto alheio, capaz de exercer poder sobre ele. Desta maneira, aumenta o contraste entre riqueza e miséria. Porém, as contradições presentes na sociedade possibilitam que as massas trabalhadoras mudem radicalmente a sociedade, rompendo a cadeia de dominação, a caminho de uma sociedade sem classes, sem exploradores e explorados. Onde a humanidade “salta para a liberdade”, que até esse momento era apenas fictícia. Do ponto de vista filosófico, aponta-se para uma sociedade planetária, livre, sem ideologias ocultas. A sociedade anarquista sem classes, e sem Estado – ou ao menos sem Estado opressor –, será o triunfo do homem sobre toda a servidão.

A filosofia econômica do marxismo é complexa, mas podem-se se destacar nelas algumas características fundamentais, como as seguintes: 1) Os produtos lançados no mercado tem um preço. 2) Para obter estes produtos

usa-se o trabalho dos assalariados, trabalho a que se dá igualmente um preço, transformando-se em mercadoria. 3) o que o assalariado produz tem um valor superior ao salário recebido por este, e isso mesmo descontando-se os custos de produção, distribuição etc. O acréscimo em questão é a mais-valia, que é arrebatado ao trabalhador pelo capitalista. O progresso técnico e as necessidades da competição obrigam os capitalistas a formar grandes monopólios, destruindo assim as empresas pequenas e a classe social – a “pequena burguesia” – que as possui. 4) há crises inevitáveis (crises de superpopulação, por exemplo) no mercado capitalista. Estas crises produzem conflitos (incluindo guerras) no decorrer dos quais o capitalismo se autodestrói. 5) a quantidade de proletariados e despossuídos aumenta à proporção que diminui a quantidade de capitalistas opressores. [1]

Evidencia-se a idéia fundamental da transformação do mundo material pelo trabalho, devido ao modo de produção dos meios de existência e suas relações. Entender esses modos e essas relações de produção é entender a formação das sociedades. Assim, o que os homens fazem com o mundo, constitui as bases para entender a história social. As mudanças nas condições materiais da existência são o fundamento das mudanças histórico-sociais. As demais atividades humanas e os produtos dessas atividades humanas, como as constituições dos estados, as leis, os produtos culturais etc. se acham submetidos aos modos de produção. No entanto, os modos de produção não são absolutos, mas colonizam os demais modos sociais, onde embora, os primeiros predominem, os últimos não desaparecem, não sendo eliminados ou completamente neutralizados, constituindo importantes focos de desenvolvimento social e resistência.

O que interessa a Marx é entender a natureza humana em seu caráter histórico. Trata-se de compreender os mecanismos da formação das sociedades e as mudanças que ocorrem nestas. Essas mudanças são dialéticas por produzirem conflitos que se resolvem por meio de transformações fundamentais na estrutura. A dialética permite entender que na história, enquanto houver conflito entre classes, haverá negações de uma classe por outra. A classe que domina os modos de produção, sucumbe por suas próprias contradições e tensões internas, para ceder lugar à classe despossuída que tomará em mãos os meios de produção. A classe dominante se auto-anula, não de maneira mecânica, mas com a atividade revolucionária da classe emergente.

A existência social determina a consciência humana, no curso da produção social os homens se relacionam independentes de sua vontade. A soma de tais relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade (o fundamento sobre o qual se edificam as estruturas legais e políticas e ao qual correspondem formas bem definidas de consciência social). O caráter básico da produção material e social equivale à afirmação de que os discursos disponíveis, os produtos obtidos, os modos de obtê-los e as relações de produção determinam as estruturas sociais, os processos sociais, políticos e espirituais da vida e com eles, a história das sociedades.

Marx explica que, mesmo tentando compreender e definir o ser humano pela consciência, o que realmente o caracteriza é a forma pela qual reproduz suas condições de existência, ele então usou o método dialético para explicar as mudanças históricas. Investigando determinado fato, ele procurava suas contradições, buscando um elemento responsável pela sua transformação num novo fato, dando continuidade ao processo histórico. Tudo faz parte da luta de ideias e forças, que geram a realidade concreta, sendo síntese da disputa, tornando-se novamente tese, que já traz consigo seu oposto a antítese, numa nova luta de um ciclo infinito e dinâmico, onde tese, antítese e síntese, geram o novo.

No processo histórico, as contradições geradas pelas lutas de classes, chamam a atenção para a organização social e para o condicionamento dos indivíduos à classe a que pertencem. A evolução da produção ocorreu a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da luta entre as classes predominantes em cada período. Logo, o movimento da História possui uma base material, econômica e obedece a um movimento dialético.

O Método Científico

Os dogmas presentes em muitas doutrinas ultrapassam o limite de possibilidade do conhecimento. Contrário a isso, se posicionam os agnósticos, que, embora não se oponham à possibilidade de ‘saber’, considerando-o relativo, não o concebem de maneira pretensiosamente absoluta, propondo saber o que não se sabe. Decidem antes, pelo método científico, pela experiência, pela reflexão e recorrendo de um empréstimo da terminologia de Leibniz, às verdades de fato. O método se contrapõe à sorte e ao acaso, uma vez que estes não costumam conduzir ao fim visado.

Embora esta questão vá sempre trazer novas respostas ao longo da evolução humana, atualmente, temos o conceito do Método Científico. Basicamente é um processo de inquérito que, através dos mais modernos métodos de aprendizagem, análise e experimentação, é possível demonstrar a validade de um determinado conhecimento ou a possível solução de um problema específico.

Tem-se um método quando se dispõe de, ou segue, certo “caminho”, para alcançar determinado propósito. Esse fim pode ser o conhecimento ou pode ser também um “fim humano”, por exemplo, a “felicidade”. Nesse sentido, Platão dizia que se deve buscar o caminho mais apropriado para se alcançar o saber, e quando se trata do mais alto saber, devemos optar pelo caminho mais longo, já que o mais curto seria inadequado para tão elevado fim. Também nesse sentido, Aristóteles falava do método a seguir em “ética”. Um método adequado não é só um caminho, mas um caminho que pode abrir outros, de tal modo que ou se alcança o fim proposto mais plenamente do que por meio do acaso e da sorte, ou se alcançam inclusive outros fim que não se tinha em vista (outros conhecimentos ou outro tipo de conhecimentos, dos quais não se tinha idéia ou se tinha uma idéia sumamente vaga). No “saber vulgar” já há, quase de modo implícito, um método, mas este último assume importância unicamente no saber científico. Com efeito, neste último tipo (ou tipos) de saber, o método se torna explícito, pois não apenas contém as regras, como podem conter, de igual maneira, as razões pelas quais estas ou aquelas regras são adotadas.

Uma das questões mais gerais, e também mais frequentemente debatidas, com referência ao método é a “relação” que deve ser estabelecida com o método e a realidade que se procura conhecer. Também foi uma tendência muito frequente buscar um método universal aplicável a todos os ramos do saber e em todos os casos possíveis. O tipo de realidade que se quer conhecer determina a estrutura do método escolhido, seria um erro defender um método “absoluto”. Mas, seja qual for a concepção do método que se mantenha, há em todo método algo comum: a possibilidade de ser usado e aplicado “por quem quer que seja”. Essa condição foi estabelecida com toda clareza por Descartes, que as regras metódicas propostas eram regras de invenção ou descoberta que não dependiam da capacidade intelectual particular daquele que as usasse.

Observamos antes que não há métodos individuais e que todo método é “universal”, mesmo que possa em princípio estar limitado a certos fins. Importa acrescentar que isso não exclui a pessoa do investigador enquanto pesquisador. Com efeito, postula-se um método somente porque há sujeitos que chegam à convicção de que necessitam dele. Somente nesse sentido, pode-se dizer que há em todo método algo de “pessoal”. Isso é uma grande verdade da era moderna, na qual o público não consegue entender que ciência não é somente uma ferramenta, ela tem uma funcionalidade universal que pode ser aplicada à sociedade de maneiras que muitos nem fazem ideia.

Evidencia-se a importância de atentarmos para uma postura de humildade diante do saber, evitando a arrogância do especialista, diante da importância de constantemente revermos o básico daquilo que sabemos, dar cada passo não com a certeza de quem já caminhou incansavelmente, mas incansavelmente dar cada passo com a incerteza de uma criança que está aprendendo a andar, atenta a como pode melhorar a qualidade de seus passos. Nisto consiste a filosofia, de referentes históricos ao encontro com o novo a partir do contínuo estranhamento, acompanhado de uma atitude positiva diante da vida, o quais constantemente nos esquecemos. Com tal postura, fica claro que o empreendimento da racionalidade da experiência, que outrora os filósofos se julgavam capazes de levar adiante sozinhos, possui fundamentos presumidamente universais, o que nos remete a orientar nossa ação para um entendimento mútuo aquém das culturas de especialistas, ou seja, dado no próprio cotidiano do mundo da vida..

A Filosofia da Linguagem

OA natureza aparenta constituir-se a partir da presença de uma linguagem que possibilite a troca de dados, a troca de informações. No âmbito social, é somente por meio da linguagem que possibilitamos o agir, é através dela que a realidade é formada. As impressões sensíveis adquiridas, só se tornam percepções (entenda-se aqui percepção como dar a conhecer tais impressões), porque a linguagem funciona como um processador de impressões, onde a partir dela concedemos sentido a tais impressões, delimitando a área de compreensão e possibilidades de atuação. Além disso, a Linguagem é múltipla, numa situação de fala há o corpo falando, há a voz, o rosto da pessoa, etc. A voz vibra pelo corpo inteiro. Nessa oralidade, incluem-se também os gestos, a cor, os cheiros, enfim, tudo o que pode ser visto e percebido. Os sons da fala numa sociedade oral são globais, são signos inteiros, que são utilizados para que se diga o que se vê, o que se sente, o que se pensa (SÁ).

Se a alfabetização verbal escrita não foi atingida com rapidez nem facilidade, o que se dizer da alfabetização metalinguística, mais sofisticada e complexa? Uma pessoa alfabetizada metalinguisticamente é alguém capaz de perceber algo além do simples ‘enxergar’ e compreender significados complexos. Existem diferenças profundas entre alguém que apenas sabe ler e escrever e outra culta. Na alfabetização visual, a cultura é adquirida por meio da aquisição de repertórios. Em uma sociedade que valoriza tanto a imagem como a atual, uma profusão de imagens bombardeia o cidadão comum criando espaços para induzir gostos, preferências e interpretações sem uma cuidadosa análise crítica.

A captação da mensagem pelo destinatário está diretamente relacionada entre os repertórios do emissor e do destinatário, onde, por repertório entenda-se o conjunto de significados possíveis de determinado signo. Assim, quanto mais conhecimento, experiência ou vivência a respeito de determinado assunto, maior é o repertório que se tem sobre ele. Os repertórios também estão diretamente relacionados com a cultura, as convenções sociais, o contexto histórico. Em geral, quanto maior o repertório, menor é a audiência, ou seja, menor o número de destinatários capazes de encontrar significações para a mensagem. Sendo o inverso também é verdadeiro, isto é, quanto menor o repertório (mais básico, mais simples) maior é o número de destinatários capazes de interpretar a mensagem, ou os signos que a compõe. Os signos, por sua vez, são tudo aquilo que representa algo para alguém.

Só é possível conceber significado às ações por elas estarem inseridas num sistema complexo, de diferentes convenções, que de acordo com Marcondes, foi concebido por Wittgenstein. Estas convenções formam estruturas chamadas por ele (Wittgenstein) de “jogos de linguagem”. Tais jogos são formações que envolvem a linguagem e a ação em circunstâncias regidas por regras que delimitam a possibilidade de atuação dentro destes jogos. O principal objeto de sua análise é o uso lingüístico das ações dentro dessas circunstâncias e suas “condições de sucesso”.

Assim não podemos afirmar que seres humanos são bons ou ruins, pois eles são o acúmulo de experiências de vida únicas, que os influenciam e que estão em constante mudança. As características de um indivíduo, portanto, estão diretamente relacionadas ao condicionamento ao qual foi submetido pelo seu percurso social. Em vista disso, “o sujeito lingüístico deve ser compreendido como parte e produto desse percurso, produto por ser a soma de diferentes fatores que o influenciam, mas ainda sim parte, por ser ele também um fator de influência dentro deste processo. Mesmo assim, não há como compor um padrão de comportamento essencialmente pessoal, uma vez que a sociedade humana relaciona-se por meio da apreensão de modelos, pois mesmo uma regra de conduta própria pressupõe a experiência de uma vida social.

Logo, a linguagem e a experiência encontram-se numa inter-relação, onde embora apreendamos a experiência, só o fazemos porque a linguagem nos fornecer o instrumental para que possamos tornar a experiência inteligível. Mas só adquirimos a linguagem de maneira plena por meio da experiência, que por sua vez, foi apreendida no mundo das relações humanas. O aspecto desta interação torna a experiência e a linguagem um único e indistinto elemento.

Outro pensador também citado por Marcondes é Habermas, sua “teoria da competência comunicativa” concentra-se exatamente na relação entre a ação e a regra. Sob que condições, definidas por esta relação, situações de discurso são possíveis? São as convenções, que formam a estrutura social, que delimitam o campo de ações e estabelecem as condições pelas quais visamos algo e escolhemos uma determinada ação, pensando ter feito a melhor escolha possível. A seguir, a comunicação visa um entendimento mútuo, que possa nos levar a um acordo bem fundamentado, por meio de argumentos que precisam ser justificados, validados de acordo com as exigências definidas pelo contexto em que a linguagem é usada.

Habermas traz à questão problemas do âmbito da hermenêutica, tais como a compreensão e a interpretação, colocados inicialmente em contextos não-científicos, seja no cotidiano, na história, na arte, na literatura. A tarefa da hermenêutica é analisar estes elementos, elucidando os processos ordinários da linguagem e suas condições de possibilidade na relação entre os sujeitos. Como atividade, habermas aponta que a hermenêutica seria, no melhor dos casos uma arte e nunca um método.

Compreender o que é dito exige a participação num agir comunicativo. Tem que haver uma situação de fala (ao menos imaginada), na qual um falante, comunica-se *com* um ouvinte *sobre* algo, dando expressão àquilo que ele tem em mente. A hermenêutica considera a linguagem no modo em que esta é empregada pelos participantes visando atingir uma *compreensão* conjunta a uma maneira de ver comum, ou seja, o emprego da linguagem para o fim do entendimento mútuo. Contudo, a linguagem usada performativamente está inserida em relações mais complexas, pois quando um falante diz algo dentro de um contexto ele se refere não só ao algo do conteúdo do mundo objetivo, mas ao mesmo tempo da relação deste algo com o contexto social e como algo do conteúdo das vivências do próprio falante.

O discurso argumentativo apresenta-se, finalmente, como um processo comunicacional que, tem que satisfazer as condições inverossímeis tendo como objetivo um acordo racionalmente motivado. No discurso argumentativo, mostram-se estruturas de uma situação de fala imunizada contra a repressão e a desigualdade por apresenta-se como uma forma de comunicação suficientemente aproximada de condições ideais. Mediante uma investigação sistemática das contradições performativas, é possível comprovar a pressuposição de algo como “uma comunidade ilimitada da comunicação”

Para tanto, é necessário que haja uma confiança recíproca entre os interlocutores. Mesmo que o falante não seja sincero, é necessário que ambos presumam um princípio de sinceridade entre as partes envolvidas para legitimar o ato lingüístico. Este

princípio por sua vez, só pode ser violado se a aparência de sinceridade for mantida, mas neste caso o falante é responsável por seu ato, independentemente de suas reais intenções ao realizá-lo, o que pode levar a uma autoanulação, “em sua intenção mesma de manipular, falsificar”, quando penalizado pelo receptor, caso descoberto por ele, como aponta Marcondes. Mesmo assim, a consequência de um ato pode não coincidir com o fim pretendido pelo agente. E por último, deve-se haver sempre a possibilidade de se reinterpretar não só o que é dito, mas a própria situação de fala como condição para a eficácia da natureza cooperativa da comunicação.

Sob essas condições, uma análise crítica torna evidentes as relações ocultas da linguagem, como sua função ideológica, caracterizada por um ato comunicacional que aspira legitimar-se criando um falso consenso, por meio de uma situação distorcida de discurso, que só se torna possível por um eventual acesso desigual às regras por parte do falante e do ouvinte. Mas obviamente o efeito ideológico é implícito e indireto, só sendo produzido se for mantida uma aparência de comunicação, onde a diferença de acesso às regras seja ocultada. Os princípios reguladores, antevistos em cada situação, permitem-nos analisar tais casos quanto a sua validade num processo de “clarificação” e “explicação”, que consiste na busca de uma compreensão não só da essência deste ato, mas também das convenções que permitem realizá-lo. Analisando o caráter ideológico da linguagem encontraremos dois critérios básicos para seu entendimento: “1. Um caráter *diretivo*, determinado por valores e interesses originários de certa sociedade ou grupo dominante; 2. O fato de que esta *relação* entre a função diretiva e estes valores e interesses específicos é, ao menos em parte, e deve permanecer *implícita*, para o sucesso completo da função diretiva da linguagem. É importante notar que os falantes não têm, assim, consciência do alcance desta função diretiva nem de sua rede de pressuposições, consequências e implicações.” [3]

Embora a prática social possua várias orientações, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados nas relações de poder. A prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois por ideologia entende-se os significados gerados nas relações sociais a partir dimensão do exercício de poder e da luta pela sua hegemonia. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política não é apenas um local de disputa de poder, mas também um marco delimitador: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de 'senso comum'.

Não se deve pressupor que as pessoas tenham consciência das dimensões ideológicas de sua prática. As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, fazendo com que as pessoas achem difícil compreender que suas práticas normais poderiam conter investimentos ideológicos específicos. Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação nesta dimensão. Essa é uma razão para se defender uma modalidade de educação linguística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas tornem-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos

ideologicamente a que são submetidas. Porém, contradições podem manifestar-se experiencialmente em um sentido de confusão ou incerteza na problematização das convenções. Essas são as condições em que uma prática consciente e transformadora poderá mais facilmente desenvolver-se.

Contudo, Fairclough alerta para que não exageremos quanto ao alcance da constituição ideológica dos sujeitos, para que não subestimemos a capacidade destes de agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas. Aqui também é importante adotar a posição dialética que defendi por ele, onde os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionantes. O equilíbrio entre o sujeito 'feito' ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação.

Juntamente com a ideologia, há a disseminação do medo. Medo condicionado é, no contexto da psicologia, um processo pelo qual uma coisa, que não representa ameaça alguma, torna-se temida por estar associada na mente do indivíduo a algo assustador. Nisto consiste o 'terrorismo', que por meio de efeitos camuflados, e efeitos políticos, pretende pôr em causa uma determinada ordem. Trata-se de um método que faz uso da violência, física ou psicológica, utilizado por indivíduos, ou grupos, para a partir do medo, desestabilizar psicologicamente o indivíduo, desmoralizando-o e neutralizando-o, a fim de se instaurar alguma ideologia de controle. É uma estratégia política e não militar, é levada a cabo por grupos que não são fortes o suficiente para efetuar ataques abertos, sendo utilizada tanto em épocas de paz, como durante conflitos ou guerras. Os estragos psicológicos podem ultrapassar largamente o círculo das vítimas para incluir um território maior, graças à extensa cobertura que a mídia dispõe, a partir da qual, o público é condicionado a acreditar que se trata de uma ameaça real. Além disso, as ideologias instauradas podem, por exemplo, ser ideologias intolerantes, para estimular um grupo a se tornar um inimigo feroz de outro, impondo uma dinâmica polarizada de eles-contra-nós, ou simplesmente, para a mudança ou criação de um hábito de consumo.

Uma ideologia é insustentável quando leva uma pessoa ou um grupo a práticas insustentáveis. Por exemplo, o que leva uma indústria a utilizar materiais de má qualidade para criar produtos insustentáveis, enquanto emite uma quantidade desproporcional de poluição, é na verdade o resultado de uma força maior, conhecida como o 'Sistema Monetário' e sua sede pelo lucro. Em um sistema que visa o lucro monetário, não há nenhuma recompensa para a sustentabilidade, pois o sistema é construído sobre a concorrência. Em tal circunstância, a sustentabilidade é sempre colocada em segundo lugar em relação ao lucro, pois a sobrevivência de uma empresa é baseada no lucro, e ele é parcialmente baseado em redução dos custos e na ampliação de receitas. Portanto, práticas insustentáveis que existem em todas as indústrias são o resultado de uma falha ideológica subjacente à própria estrutura econômica.

Compreendendo isso, percebemos então que as pessoas que foram condicionadas a aceitar completamente esses ensinamentos estáticos, acabam se tornando tão perigosas quanto as estruturas de poder estabelecidas, pois se convertem em "guardiãs voluntárias do status quo". Isso se aplica a todos os sistemas, principalmente ao político, ao financeiro e ao religioso. Uma vez que a identidade das pessoas se associa às doutrinas de um país, religião ou empresa, torna-se muito difícil mudá-la, já que sua identidade está misturada às das ideologias que lhe foram impostas. Assim, eles seguem perpetuando a doutrina da instituição, simplesmente para manter sua integridade pessoal como eles a percebem. É necessário que esse ciclo seja rompido, pois ele paralisa nosso crescimento não só como sujeitos, mas como sociedade. "Temos a habilidade para interferir no nosso próprio

desenvolvimento”. Essa é uma importante compreensão, para nosso sistema de crenças, que pensamos que deve continuar para apoiar nossas identidades, ficando muitas vezes no caminho, de conceitos novos, mutáveis.

Na aparente falta de fundamento das normas morais, é possível extrair, pressupostos, de proposições prescritivas (tais como conselhos, recomendações, sugestões), valorações, bem como tentativas de persuasão, convencimento, etc. que erguem pretensões de verdade. O princípio moral é compreendido de uma maneira que exclui valores de qualquer tipo e as normas que não possam encontrar o assentimento qualificado de todos os conceitos possíveis. o princípio do consenso deve, portanto, assegurar que somente sejam aceitas como válido as normas que exprimem uma vontade universal partilhada por todos, vontade esta que assumiu uma qualidade moral porque apela a um interesse universal que pode constatar discursivamente, e que, por conseguinte, pode ser apreendido cognitivamente e discernido na perspectiva do participante. Poderemos, então, fazer a tentativa de fundamentar essa regra da argumentação pela via de uma investigação das pressuposições pragmáticas das argumentações.

O princípio da ética do Discurso refere-se a um *procedimento*, a saber, o resgate discursivo de pretensões de validade normativas, nessa medida, a ética do Discurso pode ser corretamente caracterizada como *formal*. Ela não indica orientações contedísticas, mas um processo: o Discurso prático. Todavia, este não é um processo para a geração de normas justificadas, mas, sim, para o exame da validade de normas propostas e consideradas hipoteticamente.

A Abordagem Cognitiva

Não se pode estudar história, ética, teologia, lógica, etc., sem estudar a história da "psicologia". Literalmente, psicologia significa o estudo da ciência da alma, ou da psique ou mente humana. A maior parte dos filósofos, pelo menos a partir de Platão, abrigou opiniões, mais ou menos sistemáticas, sobre a natureza da alma e sobre as atividades anímicas e mentais. Foram especialmente importantes as pesquisas e especulações sobre a relação entre alma e corpo (um dos “problemas permanentes” na tradição filosófica). Mesmo antes de uma psicologia social, as questões sobre o que é inato e o que é adquirido no homem permearam a filosofia mais especificamente como questões sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade, avaliando como as disposições psicológicas individuais produzem as instituições sociais ou como as condições sociais influem no comportamento dos indivíduos.

Durkheim desenvolve a idéia de ‘anomia’, empregando-a para indicar um funcionamento social inadequado, passível de perda de identidade, manifestando patologias em qualquer forma social. Caracterizada pela falta de objetivos, decorrentes de transformações no mundo moderno a partir do Capitalismo. Também, de acordo com Merton, anomia significa uma incapacidade de atingir os fins culturais, ocorrida com insucesso em atingir metas culturais, devido à insuficiência dos meios institucionalizados, o que acaba gerando “conduta desviante”.

É possível identificar um brusco rompimento com valores tradicionais, onde a atuação consciente e a identidade foram gradativamente substituídas por hábitos de consumo. A modernidade, por sua vez, não fornece novos valores que preencham os anteriores, ocasionando uma espécie de vazio de significado no cotidiano de muitos indivíduos, um sentimento de se "estar à deriva", participando inconscientemente dos processos coletivos.

Hare indica que o pensamento moral se move em dois níveis distintos, embora relacionados. O nível mais intuitivo: onde aplicamos os princípios morais aprendidos e assumidos, quando de posse passiva de crenças e convicções. Mas com o aparecimento da dúvida ou conflito, um nível de reflexão moral mais elevado é exigido, para que se critique, justifique ou desarme aqueles princípios, uma vez que juízos morais não são somente prescritivos, por responderem a certos critérios de validade, podendo ser universalizáveis. O segundo nível é o nível crítico, onde se produz a reflexão moral e no qual somos capazes de universalizar, ou seja, prescrever

normas morais válidas para todos os casos que apresentem as mesmas características. Hare pensa ser o segundo nível, precisamente o que soluciona alguns problemas de conflito moral que poderiam surgir no nível elementar e intuitivo.

Um chamado à Aprendizagem e ao Desenvolvimento Local
Os cidadãos deveriam ser reflexivos e razoáveis, capazes de tirar sentido do que ouvem ou lêem, deveriam ser capazes de dar sentido ao que dizem e escrevem. Para tanto se faz necessário uma adequada capacidade de raciocínio e adequadas habilidades de pesquisa. Interpretação é antes de tudo entender bem o sentido de algo até podermos explicar de forma clara e poder ter uma opinião a respeito. Em filosofia da ciência é usar um conjunto de regras, em uma situação específica, para poder explicar essa situação. Já em história é diferente, a interpretação procura apontar as principais causas de um acontecimento.

Como não podemos dar nada como certo, precisamos reunir o maior número de informações possíveis, procurando ver se há relação dessas informações entre si, para poder ‘compreender’. Além disso, devemos levar em conta, que dificilmente, teremos acesso ao fato em si, o que significa que estaremos recebendo a interpretação de alguém sobre os fatos, que escolheu o que é importante e a forma como isso será mencionado.

Mas o que significa tudo isso? Significa que a realidade não tem um sentido único, que deva ser seguido sem questionamentos. Nossa idéia de realidade se dá a partir da forma como interpretamos o mundo, a maneira como nos relacionamos com as coisas. O mesmo conteúdo ao ser interpretado por nós será convertido na nossa maneira de também ver o mundo e entender as coisas, mas nunca devemos acreditar que nossa interpretação é a mais correta já que sempre há infinitas possibilidades de reinterpretarmos, pois toda idéia nos dá o que pensar porque ela implica um conteúdo maior que ela mesma e que ainda não foi pensado. Toda idéia pode não está convencionalmente aberta a todas as interpretações, mas está aberta às indefinidas interpretações.

Embora ainda tenhamos uma divisão social de classes, as características dessa divisão já não são mais as mesmas, pois estas não podem ser atenuadas por reformas, mas somente por meio de uma transformação mais profunda no que diz respeito ao aprendizado. Portanto uma concepção que proponha um projeto de aprendizagem igualitária, não é suficiente para dar conta de todos os problemas e desigualdades naturalmente encontradas dentro da prática pedagógica e do sistema educacional, estando fadada ao fracasso. A maneira pela qual o mercado põe de lado a subjetividade do sujeito, transformando-o em objeto de produção meramente material, faz com que este deixe de possuir a sua autonomia. O ideal é desenvolver nas pessoas um genuíno interesse pelo conhecimento, para que todos de um modo geral, possam ter a oportunidade de desenvolver um pensamento autônomo, que aliado a um senso crítico nos permita experimentar um “pensar por si mesmo”, oportunizando “um pensar sobre o próprio pensamento”, pois ao “desnaturalizarmos” nosso pensamento cotidiano, fazendo com que o coloquemos sob dúvida, nos permite conceber um pensamento mais bem elaborado, com fundamentos e mais crítico. É nisto que a prática pedagógica precisa se concentrar.

A ausência de reflexão deixa o sujeito exposto ao risco da instauração de ideologias. Aprender não deveria ser compreendido apenas como a releitura e memorização de informações, mas sim a apreensão de informações a partir de processos reflexivos, onde o aprendiz possa analisar e questionar de maneira crítica as informações que lhe estão sendo passadas. A causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do sistema de ensino, é na falta, da determinação dos fins filosófico-sociais do conhecimento. A autonomia do aprendizado não poderá se consolidar se não for instituída e disseminada uma cultura da aprendizagem para vida, assumida por todos, como um compromisso social. A atividade que está na base de todos os seus trabalhos, é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo. O fator psicobiológico

do interesse é a primeira condição para uma atividade espontânea que estimule de maneira constante o sujeito a buscar todos os recursos ao seu alcance. Mas, “para que o conhecimento possa fornecer aos ‘impulsos interiores a ocasião o meio de realizar-se’ – e abrir ao aprendiz à sua energia de observar, experimentar e criar todas as atividades capazes de satisfazê-la – é preciso que o conhecimento seja reorganizado como um “mundo natural e social embrionário”, uma relação dinâmica em íntima conexão com a região e a comunidade. Criando e difundindo ideais estéticos, éticos, políticos e sociais, poderemos obter esse intensivo espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas, esse “estado de ânimo”, capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens, sejam quais forem as divergências que possa estabelecer entre eles a diversidade de pontos de vista na solução dos problemas sociais.

Pois, é impossível realizar-se em intensidade e extensão, uma sólida obra de ensino, sem abri-la ao maior número possível de direções e sem se multiplicarem os pontos de apoio de que ela precisa, para se desenvolver, recorrendo à comunidade como a fonte que lhes há de proporcionar todos os elementos necessários para elevar as condições materiais e espirituais. A consciência do verdadeiro papel do conhecimento na sociedade impõe o dever de concentrar a ofensiva do aprendizado sobre os núcleos sociais, como a família, os agrupamentos profissionais, para que possa se realizar em convergência, numa obra solidária, com outros elementos da comunidade. Mas, além de atrair para obra comum as instituições que são destinadas, no sistema social geral, a fortificar-se mutuamente, o aprendizado deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, disponíveis nas mais variadas mídias de informação, multiplicando-lhes a eficácia, acudindo à obra do conhecimento e da cultura e que assumem, uma importância capital, em face das condições geográficas e da extensão territorial. O aprendizado tradicional, presumido da importância do seu papel e fechado no seu exclusivismo acanhado e estéril, necessita, imprescindivelmente, complementar-se com todos os recursos disponíveis para estender e fecundar a sua ação na solidariedade com o meio social, só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educacionais.

As únicas revoluções fecundas são as que se fazem ou se consolidam pela educação, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetuamente a identidade da consciência, na sua comunhão íntima coma consciência humana. O desenvolvimento moderno demanda por um número crescente de pessoas aptas a reunirem informações sobre a realidade onde vivem e trabalham, participando ativamente de iniciativas que visam a transformação local, através de dinâmicas construtivas. Para formar cidadãos atuantes é imprescindível que desde cedo se possibilite uma formação que lhe forneça os conhecimentos necessários, para manter-se informados e atuantes dentro de suas próprias localidades.

O aprendizado desempenha um papel central ao proporcionar a todos a possibilidade de apreender o conhecimento organizado do ambiente em que vivem, a fim de que lancemos um olhar que forneça uma compreensão das identidades, partindo de um olhar do nível mais básico do conceito de local, ou seja, o próprio sujeito, seguindo até os níveis mais elevados que abrangem a totalidade. A fim de que entendamos a relevância dessas relações no mundo e como isso se relaciona com o papel desempenhado por nós. O todo constitui uma grande rede interacional, organizada por dinâmicas colaborativas em todos os níveis. Desta maneira, para que uma rede funcione eficientemente ela não pode possuir elos fracos que afetem essa eficiência, a eficiência que buscamos são as condições sociais ideais. Mas embora, elas, provavelmente, não possam ser alcançadas, devem permanecer como um objetivo, um guia a partir do qual traçaremos nossas estratégias. As estratégias mais adequadas apontam para a necessidade das iniciativas serem dadas socialmente, envolvendo o

maior número possível de atores que tenham alguma relevância para o processo de desenvolvimento, sobretudo quando este é aplicado ao aprendizado.

O papel que cabe à aprendizagem, dentro deste contexto, é a de articuladora entre as demandas do desenvolvimento local, e os conhecimentos correspondentes para atendê-las. Por conseguinte, é preciso superar a estrutura tradicional das instituições. Mobilizar um envolvimento coletivo com os problemas comuns, a fim de que possamos não só elaborar alternativas, bem como avaliar suas potencialidades. Assegurando o instrumental necessário para que os sujeitos possam intervir cada qual, a partir da sua própria realidade, a fim de que possam resguardar sua liberdade. Mas para tanto, precisamos não só de um bom conhecimento sobre a realidade e o contexto, mas são necessários também sólidos sistemas de informação, que, de maneira transparente, permitam iniciativas inteligentes por parte de todos.

Embora atores bem formados e informados sejam relevantes para o processo de desenvolvimento local integrado e sustentável, a lógica organizacional seguida por alguns, imposta por muitos e que hoje permeia nossa sociedade, impede a grande maioria da população de ter acesso ao conhecimento, como também não tem acesso às informações mais elementares para o exercício de sua cidadania, em benefício dos interesses de uma pequena, mas dominante casta. Ainda que hoje não haja uma cultura de controle social difundida pela população, este controle ainda é exercido de maneira eficaz por alguns cidadãos, que, mesmo com suas baixas formações escolares, a partir do desenvolvimento de uma certa noção de prioridades, fazem comparações entre propostas feitas e resultados obtidos. Esta desigualdade, principalmente, no que concerne ao acesso de informações, acaba enfraquecendo a noção de democracia, uma vez que esta é medida não só pela quantidade de informação disponível, mas também pela qualidade desta informação em fluxo na sociedade. O empoderamento é dado exatamente a partir da possibilidade da sociedade civil de reunir informações para que possamos atuar, seja reivindicando melhores condições ou por outras formas de atuação.

O advento da era da informação vem continuamente nos convertendo para uma sociedade do conhecimento, gigantescos volumes de informação, que podem ser acessadas de praticamente qualquer parte do planeta, a partir de um singelo *click*. Estamos falando de centenas de milhões de unidades de informação que cabem no bolso, e do acesso universal a qualquer informação digitalizada. De fato, estas novas tecnologias representam uma oportunidade radical de democratização do acesso ao conhecimento. Organizada estrategicamente, a informação pode gerar bancos de dados particulares, público-sociais e institucionais, onde ainda dispomos de ferramentas de busca capazes de procurar por toda a informação disponível, de maneira rápida, o conteúdo certo, trocando informações de todos os tipos com outros usuários: áudios, vídeos, textos, imagens, jogos, editores, programas, etc. Impulsos elétricos organizados de maneira flexível para desempenharem qualquer função imaginada pelo homem. As novas tecnologias, além de ser um fato, estão influenciando, modificando, profundamente a forma como nos relacionamos com a realidade. Favorecendo uma formação erudita em detrimento da formação especializada.

Uma cultura de formação que busca desenvolver nos indivíduos uma proatividade, juntamente com uma geração de informações sobre a realidade local, pode constituir instrumento científico e educacional de transformação local. Mas, o aprendizado precisa ir ainda mais além, ele precisa atingir cada sujeito e alcançar o núcleo familiar e se estabelecer como um centro de formação permanente. É preciso não só disponibilizar a informação, mas também assegurar que ela circule, se multiplicando entre os diversos atores sociais.

Todos fazem parte de uma mesma comunidade, uma rede social, constituída numa dupla-relação dada a partir da comunicação, ou seja, só constituímos uma rede porque nos comunicamos e só nos comunicamos porque constituímos uma rede. Portanto o processo comunicacional só é possível graças ao engajamento de todos os indivíduos neste processo, ao

assumirem seus papéis sociais, assim, o resultado produzido por este processo, entenda-se o conhecimento, pertence à rede e deve ser compartilhado com todos seus componentes, pois ampliando sua eficiência comunicacional ao máximo, conseqüentemente ampliaremos igualmente seu caráter colaborativo. Por conta disso trava-se um confronto internacional na área da propriedade intelectual, onde por interesses econômicos e políticos, novamente, de uma pequena casta, que tenta tornar o conhecimento inacessível, a fim de torná-lo rentáveis para si mesmos.

Naturalmente, muitos que analisarem as idéias apresentadas acima vão perguntar: “Como podemos fazer isso, considerando o sistema de valores distorcidos em vigência? Como fazemos essa transição?” Essa é a pergunta mais difícil. A resposta: temos que começar de algum lugar. Há muitas coisas que podem ser feitas por uma única pessoa ou comunidade que podem começar a moldar essa visão. O passo mais importante é a educação. Mudanças sociais só podem se tornar realidade se duas circunstâncias se encontrarem. Primeiro, o sistema de valores humanos, que consiste de nossas compreensões e crenças, deve ser atualizado e alterado através de educação e cuidadosa introspecção. Segundo, o ambiente ao redor desse sistema de valores deve mudar para apoiar a nova visão do mundo. A interação entre o sistema de valores de uma pessoa e seu ambiente é o que influencia no comportamento humano.

Os obstáculos acumulados, porém, não nos abateram ainda nem poderão abater-nos a resolução firme de trabalhar pela reconstrução educacional. Nós temos uma missão a cumprir: insensíveis à indiferença e à hostilidade, em luta aberta contra preconceitos e prevenções enraizadas, caminharemos progressivamente para o termo de nossa tarefa, sem abandonarmos o terreno das realidades, mas sem perdermos de vista os nossos ideais de reconstrução, na base de um aprendizado inteiramente novo. A hora crítica e decisiva que vivemos não nos permite hesitar um momento diante da tremenda tarefa que nos impõe a consciência, cada vez mais viva da necessidade de nos prepararmos para enfrentarmos com o evangelho da nova geração, a complexidade trágica dos problemas postos pelas sociedades modernas. “Não devemos submeter o nosso espírito. Devemos, antes de tudo proporcionar-nos um espírito firme e seguro; chegar a ser sérios em todas as coisas, e não continuar a viver frivolamente e como envoltos em bruma; devemos formar-nos princípios fixos e inabaláveis que sirvam para regular, de um modo firme, todos os nossos pensamentos e todas nossas ações; vida e pensamento devem ser em nós outros de uma só peça e formar um todo penetrante e sólido. Devemos, em uma palavra, adquirir um caráter, e refletir, pelo movimento de nossas próprias idéias, sobre os grandes acontecimentos de nossos dias, sua relação conosco e o que podemos esperar deles. É preciso formar uma opinião clara e penetrante e responder a esses problemas sim ou não de um modo decidido e inabalável”.

R e f e r ê n c i a s

[1]DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local**. 2006. Disponível em: <http://www.futuroeducacao.org.br/biblio/educ_des_local_dowbor.pdf> Acesso em: 30 jul. 2009.

[2]JOSEPH, Peter. **Zeitgeist: o Filme**. [Filme-vídeo]. Produção de Peter Joseph. Google Videos, 2007. 1 arquivo, em meio eletrônico, 118 mim. Color. Son. Disponível em: <<http://video.google.com/videoplay?docid=-1437724226641382024&ei=e9JxSvbPO4OCqgKyzYi4CA&q=zeitgeist+legendado+portugues>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

[3]FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

[4]FASCIONI, Ligia Cristina; VIEIRA, Milton Luiz Horn. **Implicações sociais da comunicação gráfica: o analfabetismo visual**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa

Catarina, 2001. Disponível em: <<http://www.ligiafascioni.com.br/artigos/Ponencia41.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

[5]MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001. v 1.

[6]MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001. v 2.

[7]MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001. v 3.

[8]HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. (Biblioteca Tempo Universitário 84)

[9]MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

[10]SÁ, Raquel Stela. **A arqueologia: Como os saberes aparecem e se transformam**.

Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art12.html>> Acesso em: 30 jul. 2009.

[11]WINCH, Peter. **A Idéia de uma Ciência Social**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1970.

[12]ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÉTICA A NICÔMACO DE ARISTÓTELES. Disponível em: <<http://www.trigueiros.com.br/filosofia/aristoteles.htm>> Acesso em: 30 jul. 2009.

[13]ANOMIA. In: _____ Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anomia>>. Acesso em 30 de jul. 2009.

[14]CECCARELLI, P. R. (2001). Delinquência: resposta a um social patológico. **Boletim de Novidades da Livraria Pulsional**. São Paulo, ano XIV, n.145, p. 5-13, maio, 2001. Disponível em: <<http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/apatologia.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

[15]CHEDIAN, O. L. D. **Psicopatia e delinquência: diagnóstico diferencial**. 1977. 253f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1977.

[16]DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL. In: _____ Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Da_divis%C3%A3o_do_trabalho_social>. Acesso em 30 de jul. 2009.

[17]DURKHEIM, ÉMILE. In: _____ Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile_Durkheim>. Acesso em 30 de jul. 2009.

[18]ÉTICA A NICÔMACO. In: _____ Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica_a_Nic%C3%B4maco>. Acesso em 30 de jul. 2009.

[19]EWING, Alfred Cyril. **O que é Filosofia e por que vale a pena estudá-la**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~mafkfil/ewing.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

[20]FLINKINGER, H. G. (1984). O sujeito desaparecido na teoria marxiana. **Filosofia Política**. Porto Alegre, v.1, 1984. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/hans/hans_21.htm>. Acesso em: 30 jul. 2009.

[21]GALLO, Sílvio. **A Filosofia no Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/edicoes/20/a-filosofia-no-ensino-medio/view>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

[22]KECHIKIAN, A. Etienne Balibar. In: KECHIKIAN, A (Aut./Entrevistadora). **Os Filósofos e a Educação**. Trad. Sob a direção de Leonel Ribeiro dos Santos; Carlos João Nunes dos Santos. Lisboa: Colibri, 1993. (Coleção Paidéia, v.1).

[23]LACERDA, Bruno Amaro. **O pensamento de Aristóteles e as reflexões jusfilosóficas atuais**. 2002. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1333>> Acesso em: 30 jul. 2009.

[24]LARROSA, Jorge. **La Experiência de La lectura: estúdios sobre literatura y formación**. 2. ed. Barcelona: Laertes, 1996.

- [25]LIBERDADE. In: _____Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade>>. Acesso em 30 de jul. 2009.
- [26]LÓGICA. In: _____Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%B3gica>>. Acesso em 30 de jul. 2009.
- [27]MACEDO, U. (1972) Da Interpretação em História da Filosofia. **Revista Convivium**. São Paulo, v. 15, n. 5. p. 439-450, 1972.
- [28]CECCARELLI, P. R. (2001). Delinquência: resposta a um social patológico. **Boletim de Novidades da Livraria Pulsional**. São Paulo, ano XIV, n.145, p. 5-13, maio, 2001. Disponível em: <<http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/apatologia.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2009.
- [29]NETO, João L. A. **Comportamento de Desvio**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3730/1/anomia/pagina1.html>> Acesso em: 30 jul. 2009.
- [30]O SUICÍDIO. In: _____Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/O_suic%C3%ADdio>. Acesso em 30 de jul. 2009.
- [31]SOCIOBIOLOGIA. In: _____Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociobiologia>>. Acesso em 30 de jul. 2009.